

## PERSPECTIVAS CURRICULARES EM GEOGRAFIA PARA INSERÇÃO DA QUESTÃO INDÍGENA NA ESCOLA<sup>1</sup>

Tereza Sandra Loiola Vasconcelos<sup>2</sup>

O presente trabalho propõe-se a dialogar acerca das perspectivas curriculares em Geografia, a partir da abordagem da questão indígena na escola. A discussão adentra os desafios para a implementação da Lei nº 11.645/2008 no cotidiano escolar e é resultante dos diálogos possibilitados, durante a participação na mesa “Perspectivas Curriculares na Inserção da Cultura Afro e Indígena na Escola”, ocorrida no II Seminário “O ser e o fazer do Coordenador Escolar – Jornada Pedagógica”, organizado pela Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza (SEFOR), em fevereiro de 2017, Fortaleza/CE.

Essas inquietações se direcionam, principalmente ao universo da Educação Básica, aos cursos de Licenciatura em Geografia, no caso em enfoque, mas, sobretudo à sociedade como um todo, pois como destaca Yves Lacoste (1988, p. 22), “a despeito das aparências cuidadosamente mantidas, de que os problemas da geografia só dizem respeito aos geógrafos, eles interessam, em última análise, a todos os cidadãos”, na obra *A geografia - isso serve*, em primeiro lugar, para fazer a guerra.

Nesse sentido, a relevância da temática considera não apenas a necessidade de adequação às normativas, mas a reflexão de que estas são frutos de lutas e conquistas dos movimentos socioterritoriais.

Conhecemos tais lutas e conquistas? Como nos relacionamos com estas? É sobre os olhares “estrangeiros” que Freitas (2016) destaca sobre a invisibilidade que as “diferenças” provocam. Assim, a autora interpõe: “[...]. Mas diferente de que? É uma questão de cor, de etnia, de intolerância ao menos providos, de achar feio outra estética distinta de seu agrupamento social, de intolerância com os sons que saem de suas (nossas) bocas, línguas audíveis ou insuportavelmente inaudíveis?” (FREITAS, 2016, p. 187).

No estado do Ceará, tais feições se fazem também muito presentes. A memória do professor F. C. M. J., Tremembé de Itarema (CE), ao retratar o período em que estudava numa escola de ensino regular, localizada na zona urbana do município, reforça que no âmbito da

---

<sup>1</sup> Resumo expandido encaminhado ao VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária, Grupo de Trabalho (GT) 14: Educação do/no campo.

<sup>2</sup> Professora do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE), *Campus* do Itaperi. Email: terezavasconcelos@hotmail.com

escola pode ser reproduzido, de certo modo, uma visão neocolonialista, quando estereotipa os índios a época da chegada dos colonizadores: “[...]. Por exemplo, lá na nossa turma: “Ei, chegou os índio véi, nego, aí...” “ e como é que esses índio aí vão estudar com a gente se num sabe nem falar? Se num sabe nem se vestir?” Eu sei me vestir de que jeito? Porque nós ia com a roupa lá, a farda da escola” (Entrevista concedida à Tereza Vasconcelos, Itapipoca/CE, julho de 2013).

Nos livros didáticos, principais recursos utilizados no ensino, se podem verificar a materialização da realidade apontada pelo professor indígena. Apesar de alguns elencarem avanços, muitos ainda relacionam a questão indígena apenas à Região Norte brasileira e, ainda, a povos atrasados e/ou folclóricos, numa abordagem civilizatória, ocidental e de uma realidade “não viva”. Tais análises foram registradas após apreciações em livros didáticos adotados pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD, 2017) para o Ensino Fundamental II na disciplina de Geografia.

Isso nos convoca a refletir sobre o conceito de currículo, “[...], já que por trás de qualquer intervenção pedagógica consciente se escondem uma análise sociológica e uma tomada de posição que é sempre ideológica”, como nos fala Zabala (1998, p. 29), sem deixarmos de relacionar, nesse ínterim, os desafios no ensino de Geografia na sociedade contemporânea.

Um destes desafios é a implementação da Lei nº 11.645/2008, que altera a Lei de Diretrizes e Bases Nacionais da Educação (LDB) nº 9.394/1996 para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” nos estabelecimentos públicos e privados, de Ensino Fundamental e Ensino Médio. Desse modo, essa temática necessita perpassar todas as disciplinas em todo currículo escolar, considerando a disciplinariedade e interdisciplinaridade, e não somente como tema transversal, o que usualmente é realizado.

A Lei nº 11.0645/2008 adentra no bojo de conquistas dos movimentos socioterritoriais indígenas, que se soma a outras lutas evidenciadas na Constituição Federal Brasileira de 1988; na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), 1989 e sancionada em 2002; no Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas (PROLIND), 2005; no Magistério Indígena Tremembé Superior (MITS, 2009/ “Magistério Pé no Chão”), que retratam, dentre outros aspectos, o acesso à Educação Escolar Indígena e à Universidade aos povos indígenas, bem como a entrada na Educação Básica de ensino

convencional, por meio da questão indígena na atualidade, provocada pela Lei retratada logo no início.

A partir dos territórios Tremembé, concentrados entre os municípios cearenses de Acaraú, Itarema e Itapipoca, foi possível relacionar as linguagens representadas pelas danças, músicas, literatura, representações espaciais, dentre outras, como possibilidades ao ensino de Geografia e outras disciplinas para que possam, ao menos, aproximarem-se das histórias e geografias vivas e de resistência, a partir dos saberes dos territórios indígenas. Dessa forma, parte-se da concretude espacial, com suas materialidades e imaterialidades, envoltas aos sujeitos, para a construção de conceitos que, dantes abstratos, passam ter significados.

**Palavras-chave:** Currículo, Indígena, Escola.

### **Referências Bibliográficas**

FREITAS, Maria da Glória Feitosa. A Educação, um desejo Tupy e Jê: o (des) lugar dos povos indígenas na Educação escolar e a Lei 11.645/2008. In: ROCHA, Nara Maria; COSTA, Marcelle Arruda Cabral; COSTA, Maria de Fátima Vasconcelos da; PINHEIRO, Francisco Pablo H. A. (orgs.) **Na aldeia, na escola e no museu: alinhavos entre infância e trabalho docente**. Fortaleza/CE: EdUECE, 2016, p. 185-205.

LACOSTE, Yves. **A geografia** – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Papirus, 1988.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Tradução: Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 1998.